

**SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINJOR
FILIADO A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS-FENAJ
FUNDADO EM 31 DE MARÇO DE 1983 – CARTA SINDICAL Nº. 009.022.02131-4**

ESTATUTO

CAPÍTULO I

CAPÍTULO 1 - DO SINDICATO E SEUS FINS

Art. 1º O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia - SINJOR-RO, com sede e foro em Porto Velho estado de Rondônia Site a Rua Rui Barbosa nº 980 – anexo ao estádio Aluisio Ferreira, bairro Arigolândia, CEP 78.902-240, filiado a FENAJ, entidade sem fins lucrativos é constituído para defesa dos interesses materiais, coordenação e morais dos jornalistas profissionais, na busca de melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, na defesa da independência e da autonomia sindical e na luta pela manutenção e pelo aprimoramento das instituições democráticas brasileiras.

§ 1º A base territorial do SINJOR-RO abrange todos os municípios do Estado do Rondônia.

§ 2º A base de representação da categoria abrange todos os jornalistas profissionais filiados devidamente registrados na forma da lei, inclusive os empregados públicos e que se dediquem às atividades descritas no Decreto-lei n. 83.284, de 13 de Março de 1979, bem como outras de interesse jornalístico.

Art. 2º Constituem atribuições do Sindicato:

- a. Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesse materiais e morais, individuais e coletivos dos associados;
- b. Celebrar convenções, acordos e contratos coletivos;
- c. Eleger os representantes da categoria;
- d. Estabelecer as contribuições a serem recolhidas pelos integrantes da categoria, de acordo com as decisões tomadas em Assembléia Geral convocada especificamente para esse fim;
- e. Substituir a categoria profissional em ações perante a justiça, visando a proteção dos direitos dos seus integrantes, inclusive de natureza trabalhista;
- f. Colaborar com entidades civis, estatais e não-governamentais, sempre que essa seja de interesse dos jornalistas e da classe trabalhadora;
- g. Instalar subseções sindicais nas regiões representadas, de acordo com suas necessidades;
- h. Estabelecer relações estreitas com a Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ e com outras organizações sindicais, restritas ou não à categoria dos jornalistas, de âmbito regional, estadual, nacional e internacional;
- i. Estreitar relações com as demais categorias profissionais, com vistas a defender os interesses da classe trabalhadora.
- j. Defender a solidariedade entre os povos;
- k. Lutar pela defesa das liberdades democráticas, pela justiça social e pelos direitos fundamentais do cidadão;
- l. Estimular a organização da categoria por local de trabalho e por empresa;
- m. Estabelecer negociações com a entidade patronal correspondente sempre que isso for de interesse da categoria;
- n. Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais, recreativas e de estudos.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 3º São exigências para admissão ou filiação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Rondônia - SINJOR

- a. Prova de registro profissional no Ministério do Trabalho, conforme o Decreto 972/69, 83.284/79 ou outra legislação que o substitua;
- b. Cumprimento das disposições estabelecidas pela diretoria executiva, além do preenchimento de proposta de sócio, fotocópia da carteira de trabalho das páginas de identificação, qualificação civil e registro profissional e 2 fotos 3x4;
- c. Pagamento das contribuições determinadas aos associados pela Assembléia Geral da categoria.

Art. 4º Perdem automaticamente a condição de associados para todos os efeitos os detentores de registro como provisionados após três meses, sem que haja renovação, a contar do vencimento do seu registro na Delegacia Regional do Trabalho.

Art. 5º São direitos dos associados:

- a. Participar, votar e ser votado nas Assembléias Gerais;
- b. Requerer, por meio de abaixo-assinado, com pelo menos 15% (quinze por cento) dos associados em dia com suas obrigações, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária;
- c. Gozar dos benefícios e promoções oferecidos pelo Sindicato;
- d. Recorrer à instância competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contra ato lesivo ou contrário a este Estatuto, emanado de qualquer órgão do Sindicato.

Art. 6º São deveres dos associados:

- a. Acatar e cumprir o presente estatuto, bem como as decisões das Assembléias e órgãos de Administração da entidade;
- b. Acatar as resoluções das Assembléias Gerais e as emanadas pela diretoria, zelando pelo seu cumprimento;
- c. Pagar pontualmente as mensalidades e outras contribuições fixadas pela Assembléia Geral;
- d. Zelar pelo patrimônio moral e material do Sindicato;
- e. Pugnar para que nos locais de trabalho prevaleçam à união, a solidariedade e a harmonia entre os jornalistas e os trabalhadores de todas as categorias profissionais; não assumir posições que envolvam a categoria profissional sem prévio pronunciamento do Sindicato;
- f. Comunicar ao Sindicato a mudança de emprego, endereço e, em caso de solicitação de licença ou desligamento, fazê-lo por escrito;
- g. Pautar sua conduta profissional e pessoal pelo código de ética da categoria, cumprindo-o e fazendo com que o mesmo seja cumprido.

Parágrafo único - Os associados aposentados são isentos de contribuição ao Sindicato, desde que não exerçam atividade jornalística remunerada.

Art. 7º Os associados estão sujeitos às penas de advertência, suspensão e exclusão do quadro social quando:

- a. Deixarem de cumprir, sem justo motivo, as decisões emanadas da Assembléia Geral;
- b. Agirem contra os interesses da categoria; tiver comprovada má conduta profissional;
- c. Tiverem cometido falta grave contra o patrimônio moral ou material do Sindicato;
- d. Cometerem transgressões ao Código de Ética do Jornalista.

Art. 8º Serão demitidos ou excluídos do quadro social os associados que:

a) sem motivo justificado atrasarem em mais de 6 (seis) meses o pagamento de mensalidades e não quitarem seus débitos mesmo após 30 (trinta) dias da comunicação oficial por parte da diretoria do Sindicato;

Art. 9º A aplicação de qualquer penalidade deve ser precedida de ampla defesa, sob pena de nulidade.

§ 1º O associado tem direito a apresentar sua defesa em audiência, por escrito, no prazo de 10(dez) dias a contar da data do recebimento de comunicado da Diretoria.

§ 2º A não observância pelo associado dos prazos previstos no §1º do presente artigo presume a veracidade dos fatos denunciados.

Art. 10 A solicitação de aplicação de penalidades pode ser feita por 10% (dez por cento) dos associados, pela Assembléia Geral ou pela Diretoria.

Art. 11 As penalidades de advertência, suspensão e a exclusão são definidas pela Diretoria, ouvido, quando necessário, o Conselho de Ética.

Art. 12 A penalidade de expulsão é imposta por Assembléia Geral especificamente convocada para este fim e mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes, ouvida a Comissão de Ética.

Art. 13 Das penalidades impostas pela Diretoria cabe recurso à Assembléia Geral.

§ 1º O associado terá 10 (dez) dias a partir da citação pessoal para recorrer da decisão, requerendo a convocação de Assembléia Geral para reexame da punição nos termos deste Estatuto.

§ 2º A Assembléia Geral decidirá por maioria simples de votos dos presentes.

CAPÍTULO III - DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO

Art. 14 O Sistema Diretivo do Sindicato é constituído por:

- a. Diretoria Administrativa;
- b. Conselho Fiscal;

Art. 15 A Assembléia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim, elegerá, em processo eleitoral único previsto neste Estatuto, todos os membros do Sistema Diretivo mencionados no artigo anterior, com exceção do Conselho de Representantes, que terão sua indicação de acordo com o que prevê este Estatuto.

Art. 16 Nos termos do disposto no artigo 543, parágrafo 3º, da CLT, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou de representação sindical, até um ano após o término do seu mandato.

Art. 17 Em vista do disposto no artigo 522, parágrafo 3º, da CLT, e na Constituição Federal, a estabilidade no emprego mencionado no artigo anterior alcança todos os membros do Sistema Diretivo a que se refere o artigo 15 deste Estatuto.

Art. 18 São Instâncias deliberativas do SINJOR-RO:

1. Congresso Estadual dos Jornalistas;
2. Assembléia Geral;
3. Plenária do Sistema Diretivo;
4. Diretoria administrativa;
5. Diretorias, dentro da sua esfera de competência.

Art. 19 O Congresso Estadual dos Jornalistas acontecerá, ordinariamente, a cada três anos.

§ 1º Extraordinariamente, poderão ser realizados congressos estaduais sempre que a Plenária do Sistema Diretivo entender ser conveniente;

§ 2º O Congresso tem a finalidade de deliberar sobre as questões mais relevantes da categoria e definir diretrizes políticas de atuação do sindicato.

Art. 20 O Plenário do Sistema Diretivo é a reunião dos membros efetivos de todos os órgãos que o compõem:

§ 1º O Plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de janeiro e fevereiro, e, extraordinariamente, sempre que for convocado.

§ 2º A reunião ordinária do Plenário do Sistema Diretivo deverá analisar e aprovar os relatórios anuais de atividades das diretorias e o planejamento para os próximos doze meses.

§ 3º Convocam o Plenário:

- a. O diretor-presidente do Sindicato;
- b. A maioria absoluta da Diretoria Administrativa;
- c. A maioria absoluta dos membros que o compõem.

§ 4º O quorum mínimo para instalação do Plenário é de 30% (trinta por cento) dos seus membros.

Art. 21 O Plenário será presidido pelo presidente do Sindicato e secretariado pelo diretor executivo.

Art. 22 O Plenário é a instância de deliberação política do Sindicato, não podendo, entretanto deliberar sobre matéria de competência exclusiva de cada órgão, definida neste Estatuto.

Parágrafo único - Caberá recurso à Assembléia Geral da categoria de qualquer deliberação do Plenário do Sistema Diretivo, se assim o decidir a maioria da Diretoria Administrativa.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO

Art. 23 A Diretoria Administrativa será composta pelos seguintes cargos:

- a. Presidente;
- b. Vice-presidente regional Ariquemes;
- c. Vice-presidente regional Jaru;
- d. Vice-presidente regional Ji-Paraná;
- e. Vice-presidente regional Cacoal;
- f. Vice-presidente regional Vilhena;
- g. Secretário geral;
- h. Diretor Financeiro;
- i. Diretor de Defesa Corporativa;
- j. Diretor de Fiscalização do Exercício Profissional;
- k. Diretor de Saúde e Previdência;
- l. Diretor de Imagem;
- m. Diretor de Ação para a Cidadania;
- n. Diretor de Cultura;
- o. Diretor de Formação;
- p. Cinco diretores administrativos;
- q. Três membros efetivos do Conselho Fiscal;
- r. Dois suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 24 É da competência e atribuição da Diretoria Administrativa:

- a. Representar a categoria perante os poderes públicos e as empresas, nos termos do artigo 522, parágrafo 3º, da CLT, podendo a Diretoria nomear representantes por procuração dentre os membros do Sistema Diretivo;
- b. Fixar, em conjunto com os demais órgãos do Sistema Diretivo, as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida;
- c. Cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;
- d. Gerir o patrimônio do Sindicato, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações da categoria representada;
- e. Garantir a filiação de qualquer integrante da categoria, observando as determinações estatutárias;
- f. Analisar e divulgar trimestralmente relatórios financeiros da Diretoria de Finanças;
- g. Representar o Sindicato nas negociações e dissídios coletivos;
- h. Reunir-se, em sessão ordinária, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que o Diretor-Presidente ou a maioria da Diretoria Administrativa convocar, podendo delas participar, sem direito a voto, os membros do Sistema Diretivo;
- i. Aprovar por maioria simples de votos o Plano Orçamentário Anual e o Balanço Financeiro Anual;
- j. Prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro ao término do mandato;

- k. Fornecer apoio material e estímulo político ao funcionamento e desenvolvimento das Subseções Sindicais e demais órgãos do Sindicato.

Art. 25 É da competência e atribuição do Presidente:

- a. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Administrativa, do Plenário do Sistema Diretivo e as Assembléias Gerais;
- b. Representar formalmente o Sindicato, sempre que necessário, podendo delegar poderes;
- c. Receber as demandas e solicitações enviadas ao sindicato, deliberar sobre assuntos de sua competência ou despachar à diretoria competente para o assunto;
- d. Encaminhar os temas mais relevantes para deliberação coletiva da diretoria administrativa, a plenária do Sistema Diretivo ou a assembléia geral;
- e. Encaminhar as deliberações das instâncias do Sindicato às diretorias competentes, quando a execução não for de sua responsabilidade;
- f. Supervisionar as atividades de todas as diretorias do Sindicato, auxiliando-as;
- g. Coordenar a divulgação de informações de interesse do Sindicato e da categoria e a política de comunicação institucional;
- h. Coordenar a produção e distribuição dos veículos de divulgação do Sindicato;
- i. Intervir nas diretorias que não desempenhem suas obrigações estatutárias ou não executem o planejamento anual, acumulando, interinamente, as pastas.

Parágrafo único: em caso de intervenção, o presidente deverá convocar uma reunião da diretoria administrativa, no prazo de 15 dias, para decidir sobre a situação, indicando um de seus membros para assumir a pasta ou reconduzindo o diretor anterior.

Art. 26 É da competência e atribuição dos vice-presidentes regionais:

- a. Representar, regionalmente, o SINJOR, recebendo demandas, encaminhando-as e organizando a categoria na defesa dos interesses coletivos;
- b. Responder pelas tarefas da subseção, assinando correspondências e representando o Sindicato sempre que necessário;
- c. Receber função delegada pela Plenária do Sistema Diretivo, pela Diretoria ou Assembléia Geral para representar a categoria ou membros associados junto às empresas, mantendo a Diretoria informada do desenvolvimento desta delegação, solicitando a sua intervenção se necessária;
- d. Informar a Diretoria do Sindicato sobre problemas que estejam ocorrendo com a categoria, ou qualquer de seus membros, em sua área de abrangência e representação;
- e. Encaminhar as reivindicações dos jornalistas da base territorial da Subseção;
- f. Fiscalizar o cumprimento de acordos, legislação e piso salarial da categoria e informar a Diretoria em caso de não cumprimento;
- g. Administrar os recursos financeiros encaminhados pela Diretoria ou arrecadados em promoções da própria Subseção, prestando mensalmente contas à Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal;
- h. Responder pelas tarefas administrativas da subseção, tais como: encaminhamentos de pedidos de sindicalização, de registro profissional e carteiras de identificação, bem como encaminhamento de guias de recolhimento de mensalidades e contribuições;
- i. Apresentar, anualmente, o balanço de atividades da subseção e o plano de ação para o próximo período na reunião ordinária da Plenária do Sistema Diretivo.

Art. 27 É da competência e atribuição do Secretário geral:

- a. Administrar a entidade;
- b. Contratar, promover, licenciar e demitir os funcionários do Sindicato;
- c. Assinar, com o Diretor de Finanças os cheques, títulos e demais documentos de recebimento e pagamento do Sindicato;
- d. Assinar o balanço do exercício financeiro, bem como a proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- e. Orientar e coordenar a aplicação do plano de ação sindical junto às subseções sindicais;
- f. Manter atualizado o registro de sindicalização;
- g. Receber as demandas das subseções sindicais, remetendo-as aos órgãos competentes ou à(s) diretoria(s) que tenha(m) a atribuição de encaminhá-las.

Art. 28 É da competência e atribuição do Diretor Financeiro:

- a. Zelar pelas finanças do Sindicato;
- b. Assinar, com o Presidente, os cheques, títulos e demais documentos de recebimento e pagamento do Sindicato;
- c. Ter sob seu controle e responsabilidade o fichário de sócios e as informações sobre as contribuições da categoria e dos associados;
- d. Preparar o Plano Orçamentário Anual e apresentá-lo na reunião ordinária anual da Plenária do Sistema Diretivo, para ajustes finais e aprovação;
- e. Preparar e divulgar pelo jornal do Sindicato relatório Semestral sobre a situação financeira da entidade;
- f. Elaborar o Balanço Financeiro Anual, que será submetido à aprovação da Plenária do Sistema Diretivo, do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral;
- g. Elaborar e implementar políticas para aumentar a arrecadação da entidade e para otimizar recursos, permitindo o investimento em áreas prioritárias e eliminando gastos desnecessários.

Art. 29 É da competência e atribuição do Diretor de Defesa Corporativa:

- a. Coordenar a elaboração da pauta de reivindicações da categoria com vistas à renovação de convenção coletiva e acordos coletivos;
- b. Elaborar e implementar estratégias políticas e de comunicação com vistas às campanhas salariais e negociações com os sindicatos patronais e em campanhas na defesa de interesses dos jornalistas;
- c. Coordenar as negociações salariais da categoria com os sindicatos patronais e empresas;
- d. Coordenar as relações do Sindicato com órgãos de estudos e estatísticas sócio-econômicas que prestarem serviço ao Sindicato, como o Dieese, encomendando estudos com vistas às campanhas salariais;
- e. Acompanhar e informar a Diretoria sobre a política salarial das empresas de comunicação, com o objetivo de desenvolvimento de campanhas salariais;
- f. Acompanhar e apoiar o funcionamento da assessoria jurídica do Sindicato;
- g. Planejar e executar o processo de organização por local de trabalho realizando as eleições dos representantes de base, conforme estabelecido neste estatuto;
- h. Acompanhar a eleição das CIPAS;
- i. Receber denúncias de direitos trabalhistas que não estejam sendo respeitados e buscar a solução do problema diretamente ou acionando os órgãos competentes;
- j. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 30 É da competência e atribuição do Diretor de Fiscalização do Exercício Profissional:

- a. Dar parecer sobre a sindicalização e registro, bem como sobre a desfiliação de associado, depois de verificada a documentação exigida;
- b. Elaborar e implementar políticas que coibam o exercício irregular da profissão de jornalista;
- c. Encaminhar, à DRT ou outro órgão competente existente ou que venha a ser criado, pedidos de fiscalização do exercício profissional;
- d. Encaminhar e acompanhar na Delegacia Regional do Trabalho os processos de registro profissional;
- e. Dar parecer sobre os pedidos de registro profissional;
- f. Fazer cumprir a legislação sobre a profissão de jornalista;
- g. Estimular campanhas de sindicalização em toda a base territorial do Sindicato;
- h. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 31 É da competência e atribuição do Diretor de Saúde e Previdência:

- a. Elaborar e implementar políticas preventivas e de promoção da saúde física e mental dos jornalistas;
- b. Fiscalizar o cumprimento da lei e da convenção e acordos coletivos voltados para a saúde dos jornalistas;
- c. Acompanhar as políticas governamentais na área de previdência e sua relação com a categoria dos jornalistas;
- d. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 32 É da competência e atribuição do Diretor de Imagem:

- a. Dar pareceres, em conjunto com o Diretor de Fiscalização do Exercício Profissional, em pedidos de registro como repórter cinematográfico, repórter fotográfico, diagramador e ilustrador;
- b. Organizar os jornalistas de imagem na defesa dos seus direitos, tais como direitos autorais;
- c. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 33 É da competência e atribuição do Diretor de Ação para a Cidadania:

- a. Elaborar e implementar políticas, em conjunto com a FENAJ e demais entidades, de luta pela democratização dos meios de comunicação de massa e do acesso à informação pelos cidadãos;
- b. Estimular e coordenar ações solidárias de jornalistas;
- c. Manter relações com outras entidades na luta pela cidadania da classe trabalhadora, entendida como o direito de dirigir sua história, viver com dignidade, participar das decisões políticas do país e garantir direitos inalienáveis como educação, cultura, lazer, moradia, vestuário, entre outros;
- d. Organizar e participar, como representante do SINJOR-RO, da luta pela implantação de Rádios e TVs Comunitárias, tomadas, neste caso, como instrumentos de democratização da comunicação;
- e. Promover, na categoria dos jornalistas, a compreensão mais ampla da cidadania, discutindo temas como o consumo responsável, a democracia, a solidariedade, o meio ambiente e a exclusão social;
- f. Lutar pela criação do Conselho Estadual de Comunicação e outros mecanismos de controle social que tenham como objetivo a democratização dos meios de comunicação;
- g. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 34 É da competência e atribuição do Diretor de Cultura:

- a. Coordenar a produção de eventos culturais de interesse do Sindicato e da categoria;
- b. Organizar as atividades de esporte e lazer voltadas para a categoria;
- c. Coordenar o funcionamento de espaços culturais no âmbito do Sindicato;
- d. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do sistema Diretivo do Sindicato.
- e. Coordenar e zelar pelo acervo bibliotecário da entidade.

Art.35 É da competência e atribuição do Diretor de Formação:

- a. Elaborar e implementar políticas de formação permanente voltadas para os jornalistas e que permitam a reciclagem profissional;
- b. Estabelecer atividades formativas que discutam a relação entre formação e mercado de trabalho;
- c. Manter relações com os estudantes de jornalismo, com vistas a formar, já na universidade, os militantes do SINJOR-RO;
- d. Elaborar e implementar, em conjunto com a FENAJ e outras entidades, políticas que visem melhorar a qualidade da formação dos jornalistas no ensino superior;
- e. Manter a diretoria informada sobre as escolas de jornalismo e sobre as políticas públicas para a área;
- f. Estabelecer mecanismos de avaliação da qualidade de formação na graduação;
- g. Coordenar prêmios existentes e que venham a ser organizados pelo sindicato com vistas a estimular a qualidade de formação;
- h. Estabelecer políticas de formação sindical, voltadas aos diretores do sindicato ou para jornalistas;
- i. Manter relações com o movimento estudantil na área de jornalismo e com os movimentos de jornalistas nacionais voltados para o tema;
- j. Elaborar relatório de atividades anual e o planejamento para o período seguinte e apresentá-los à reunião anual ordinária da Plenária do Sistema Diretivo do Sindicato.

Art. 36 É da competência e atribuição dos Diretores Administrativos:

- a. Assumir tarefas específicas atribuídas pela diretoria administrativa;
- b. Auxiliar os diretores de pastas definidas na execução de seus trabalhos, conforme delegação da diretoria;
- c. Assumir pastas provisórias, criadas para executar projetos específicos, conforme deliberação da Plenária do Sistema Diretivo.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 37 O Conselho de Representantes é o órgão consultivo da Diretoria Administrativa e será formado por integrantes da categoria, eleitos diretamente pelos associados em pleito acompanhado pelo diretor de Defesa Corporativa do Sindicato.

Art. 38 Terão direito a indicar representantes para o Conselho de Representantes os trabalhadores das empresas e departamentos de comunicação com no mínimo 5 (cinco) jornalistas e na seguinte proporção:

- a. de 5 (cinco) a 20 (vinte) jornalistas: 1 (um) representante;
- b. de 21 (vinte e um) a 50 (cinquenta) jornalistas: 2 (dois) representantes;
- c. de 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) jornalistas: 3 (três) representantes;

d. acima de 101 (cento e um) jornalistas: 4 (quatro) representantes.

Art. 39 Compete à Diretoria de Defesa Corporativa efetuar o levantamento das empresas e departamentos de comunicação, identificando quantos e quais terão direito a indicar representantes para o Conselho e em que proporção.

Parágrafo único - Das decisões da Diretoria de Defesa Corporativa, no que se refere à competência estabelecida neste artigo, caberá recurso à Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 40 O Conselho de Representantes deverá ser formado num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a posse da Diretoria Administrativa do Sindicato, com o mandato se extinguindo com a posse do Conselho indicado para o período subsequente do Sistema Diretivo. **§ 1º** Haverá vacância de cargo no Conselho de Representantes quando um de seus membros deixar de representar os trabalhadores de determinada empresa ou órgão em virtude de mudança de emprego. **§ 2º** Em caso de renúncia ou vacância de cargo no Conselho de Representantes, a Diretoria Administrativa convocará novo processo eleitoral na empresa ou órgão antes representado num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação de renúncia ou vacância.

Art. 41 É de competência e atribuição dos integrantes do Conselho de Representantes:

- a. manter informados os demais trabalhadores de cada empresa ou órgão representado sobre os trabalhos do Sindicato;
- b. levar ao Sindicato as reivindicações e propostas dos trabalhadores representados.
- c. auxiliar na distribuição de material do Sindicato;
- d. atuar ativamente nas campanhas salariais, auxiliando o Sindicato na mobilização da categoria.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL

Art. 42 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos eleitos diretamente pela categoria, na mesma chapa que elegerá o sistema diretivo.

Art. 43 É da competência e atribuição do Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar a gestão financeira e patrimonial do Sindicato;
- b. Elaborar parecer sobre o Balanço Financeiro Anual, submetendo-o a voto em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, nos termos deste Estatuto.

Art. 44 O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre com 3 (três) membros, se necessário com a substituição dos efetivos impedidos pelos suplentes, que deverão apor os seus vistos em toda a documentação examinada, bem como nos pareceres elaborados.

CAPÍTULO VII - DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 45 É dever de todo jornalista profissional, sindicalizado ou não, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética da profissão.

Art. 46 O Conselho de Ética será composto por três jornalistas e dois representantes da sociedade escolhidos nominalmente pela categoria, em assembléia geral, convocada pelo SINJOR-RO até 90 (noventa) dias após a posse da diretoria administrativa.

Parágrafo primeiro: o sindicato fará ampla divulgação para entidades da sociedade civil organizada para que indiquem candidatos para o Conselho de Ética.

Parágrafo segundo: para cada membro efetivo eleito, haverá a eleição do seu respectivo suplente, que terá como uma de suas atribuições substituir o membro efetivo nas suas ausências, independente do motivo.

Art. 47 É de competência e atribuição do Conselho de Ética:

- a. Aplicar e fazer cumprir o Código de Ética do jornalista;
- b. Apurar as transgressões ao Código de Ética do jornalista;
- c. Aplicar as sanções que considerar pertinentes.

Art. 48 Das decisões do Conselho de Ética caberá recurso ao Conselho de Ética Nacional.

Art. 49 As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 50 O presidente do Conselho de Ética será escolhido entre seus membros, em processo eleitoral interno, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da posse do Conselho.

§ 1º O mandato do presidente do Conselho de Ética será de três anos.

§ 2º Em caso de vacância do cargo, os membros do Conselho se reunirão num prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação oficial da renúncia ou vacância, para escolher, em processo eleitoral interno, o novo Presidente.

Art. 51 Os membros do Conselho de Ética que faltarem a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas poderão ser substituídos pelos seus suplentes, definitivamente.

Art. 52 É da competência do presidente do Conselho de Ética:

- a. Convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- b. Propor atividades, além daquelas definidas neste estatuto, para a promoção do exercício ético do jornalismo, aprovando-as em reunião do Conselho e solicitando a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros para a sua execução à diretoria do SINJOR-RO;
- c. Receber representações contra jornalistas, deferindo-as ou não no prazo de 15 (quinze) dias a contar do protocolo do pedido na secretaria do Sindicato;
- d. Designar comissão de sindicância, caso a caso, com, pelo menos, um coordenador e um relator, com participação tanto dos membros da sociedade quanto dos jornalistas;
- e. Comunicar ao(s) autor(es) da representação se o pedido foi deferido ou não, explicitando os motivos. No caso das representações indeferidas, informar também o período de 15 dias para que seja apresentado recurso à decisão do presidente à plenária do Conselho de Ética.

Parágrafo único: em caso de recurso ao indeferimento de uma representação, o presidente deverá convocar a reunião da plenária dentro do prazo de 15 dias.

Art. 53 As comissões de sindicância terão até 60 (sessenta) dias, a contar da data da designação, para efetuar todos os procedimentos, informando o(s) jornalista representados sobre a instauração do procedimento, checando a veracidade das denúncias, produzindo provas e documentos que fundamentem a decisão das comissões, ouvindo o(s) autor(es) da representação e os jornalistas representados.

Art. 54 Compete ao coordenador da comissão de sindicância:

- a. Convocar o(s) autor (s) para depor, estabelecendo data, local e horário;
- b. Convocar o(s) representado(s) para depor, estabelecendo data, local e horário;
- c. Obter todas as provas e documentos que possam fundamentar a decisão da comissão.

Art. 55 Compete ao relator da comissão de sindicância:

- a. Acompanhar todos os procedimentos, registrando depoimentos;
- b. Elaborar relatório, indicando à plenária do Conselho uma decisão a ser tomada.

Art. 56 Compete aos demais membros da comissão de sindicância, se houver:

- a. Auxiliar no trabalho de produção de provas e documentos;
- b. Auxiliar em todos os procedimentos, quando solicitado.

CAPÍTULO VIII - DA DELEGAÇÃO FEDERATIVA

Art. 57 É de competência e atribuição dos membros da Delegação Federativa:

- a. Representar o Sindicato no Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas.

Art. 58 A diretoria do SINJOR-RO indicará, dentre os integrantes de sua Diretoria Executiva, seu representante para a delegação federativa a cada reunião convocada pela direção da Fenaj, conforme a pauta a ser abordada.

CAPÍTULO IX - DO IMPEDIMENTO, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

SEÇÃO 1 - IMPEDIMENTO

Art. 59 Ocorrerá impedimento quando verificar-se a perda de qualquer dos requisitos previstos neste Estatuto para o exercício do cargo para o qual o associado foi eleito.

Parágrafo único - Não acarreta impedimento a dissolução da empresa nem a demissão ou alteração contratual praticada pelo empregador.

Art. 60 O caso de impedimento será submetido à apreciação da Diretoria Administrativa do SINJOR-RO, podendo o dirigente, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa no processo de impedimento.

Art. 61 Considera-se abandono do cargo quando seu exercente deixar de comparecer a três reuniões da diretoria seguidas ou cinco alternadas ou não cumprir as atribuições da sua pasta pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem apresentar qualquer justificativa.

Art. 62 Os membros do Sistema Diretivo do Sindicato perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- a. Malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato;
- b. Grave violação deste Estatuto;
- c. Provocar desmembramento da base territorial do Sindicato, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- d. Transferência voluntária que importe no afastamento do exercício do cargo.

SEÇÃO - VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 63 Em caso de impedimento do exercente, abandono de função, renúncia, perda do mandato, falecimento, prisão ou transferência da base territorial a diretoria indicará um de seus membros para assumir a pasta.

Parágrafo único - até que haja nova indicação, o diretor-presidente assumirá a pasta interinamente, acumulando-a com as suas funções.

Art. 64 Nos casos de afastamentos temporários do cargo por até 60 dias, o presidente assumirá a pasta interinamente ou designará um substituto entre os diretores administrativos.

Art. 65 Nos afastamentos por tempo superior a 60 dias, a diretoria poderá designar o substituto dentre seus membros, em reunião especificamente convocada para este fim, por meio de um processo de remanejamento, exceto o presidente.

Parágrafo único – nestes casos, caberá ao presidente convocar reunião de diretoria dentro do prazo de 15 dias para deliberar sobre o assunto.

Art. 66 Todos os procedimentos que impliquem em alteração na composição da Diretoria Administrativa do Sindicato deverão ser registrados e arquivados juntamente com os autos do processo eleitoral.

CAPÍTULO X - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 67 As Assembléias Gerais são soberanas em suas resoluções desde que não contrariem este Estatuto, sendo suas deliberações tomadas por maioria de votos dos associados presentes, salvo nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo primeiro - A convocação das Assembléias Gerais será feita por edital publicado, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, no jornal do SINJOR-RO ou boletim divulgado amplamente para a categoria.

Parágrafo segundo - A Assembléia Geral instalar-se-á com quorum de 5% (cinco por cento) dos associados em dia com suas contribuições, ou em segunda chamada com qualquer quorum.

Parágrafo terceiro - Sempre que possível, as Assembléias Gerais serão realizadas simultaneamente nas Subseções Sindicais.

Art. 68 As subseções sindicais poderão realizar assembléias regionais, convocadas pelo vice-presidente regional, para deliberar sobre qualquer assunto específico, desde que não contrariem deliberações das assembléias gerais, nem este estatuto.

Art. 69 A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á até 15 de março para leitura do relatório da Diretoria do exercício anterior, acompanhado do balanço anual com parecer do Conselho Fiscal, discussão dos valores das mensalidades e anuidades do Sindicato, e para apresentação da Proposta Orçamentária e Plano de Ação do exercício seguinte, devidamente aprovados pela Diretoria.

Art. 70 As Assembléias Gerais Extraordinárias serão realizadas:

- a. Por convocação do presidente ou da maioria dos membros da Diretoria Administrativa;
- b. O requerimento assinado por 15% (quinze por cento) dos associados no gozo de seus direitos.

Art. 71 O presidente não poderá se opor à convocação da Assembléia Geral Extraordinária, quando feita de acordo com o disposto no artigo 67, item b, que deverá ser convocada dentro de 3 (três) dias, contados da data da entrada do requerimento na Secretaria. Sua realização deve ser marcada pelo presidente no prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 5 (cinco) dias da publicação do edital.

§ 1º Deverá comparecer à Assembléia Geral Extraordinária, sob pena de nulidade da mesma, a maioria dos que requererem sua realização.

§ 2º Na falta de convocação pelo presidente, expirados os prazos estabelecidos neste artigo, será a Assembléia Geral convocada e instalada por aqueles que requererem sua realização.

Art. 72 A alteração do Estatuto, a expulsão de associados e o afastamento de membros da diretoria só poderão se realizar em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

CAPÍTULO XI- DO PATRIMÔNIO E RENDAS DO SINDICATO

Art. 73 Constituem renda e patrimônio do Sindicato:

- a. Os Convênios;
- b. As contribuições sindicais;
- c. As contribuições dos associados;
- d. As doações ou legados;
- e. Os bens e valores adquiridos e as rendas por eles produzidas;
- f. Os aluguéis e juros de títulos bancários;
- g. As multas e outras rendas eventuais;
- h. Arrecadações provenientes de cursos de qualificação e treinamento realizados pelo sindicato, patrocinados por terceiros, seminários e palestras;
- i. A arrecadação proveniente de promoções realizadas pelo Sindicato.

Art. 74 O valor da contribuição dos associados só poderá ser alterado por decisão de Assembléia Geral, conforme previsto neste Estatuto.

Art. 75 Nenhuma contribuição poderá ser imposta aos associados além das determinadas no presente Estatuto ou por deliberação de Assembléia Geral.

Art. 76 As despesas do Sindicato correrão pelas rubricas previstas na lei e nas instruções vigentes.

Art. 77 No caso de dissolução do Sindicato, seus bens, pagas as dívidas decorrentes de suas responsabilidades, serão destinados a entidades representativas de jornalistas, a juízo da Assembléia Geral.

Art. 78 Atos de malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato devem obrigatoriamente ser comunicados pela Diretoria ou pela Assembléia Geral às autoridades competentes.

CAPÍTULO XII - DAS ELEIÇÕES

Art. 79 Os membros dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato, previsto no artigo 15 deste Estatuto, serão eleitos, em Assembléia Geral Ordinária da categoria, em processo eleitoral único, a cada três (3) anos, em conformidade com os dispositivos legais e determinações do presente Estatuto.

Art. 80 A eleição será realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos vigentes.

Art. 81 Será garantida, por todos os meios democráticos, a lisura do pleito eleitoral, assegurando-se as condições de igualdade às chapas concorrentes, especialmente no que se referem à propaganda eleitoral, mesários e fiscais, tanto na coleta quanto na apuração dos votos.

Art. 82 Todas as chapas inscritas poderão enviar, a todos os associados, sua carta programa ou outro material, através do mailing do Sindicato, que arcará com os custos da postagem de primeiro porte.

Parágrafo único - As chapas poderão enviar, também, uma vez por semana, informativo para a categoria através do correio eletrônico, não cabendo nenhum tipo de censura prévia.

Art. 83 O SINJOR-RO hospedará sítio eletrônico das chapas, desde que não excedam a 10% do tamanho da página do Sindicato e sejam programados na mesma linguagem, de maneira a não gerar nenhum custo para a entidade.

Art. 84 As chapas poderão realizar, desde que agendadas previamente, suas reuniões nas dependências da entidade.

Art. 85 É eleitor todo o associado que:

- a. Na data da eleição tiver mais de três meses de inscrição no quadro social;
- b. Tiver quitado as contribuições ao Sindicato até 15 (quinze) dias antes da eleição;
- c. Estiver no gozo dos direitos sociais conferidos neste Estatuto.

Art. 86 Poderá ser candidato o associado que, na data da realização da eleição em primeiro escrutínio, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato.

Art. 87 Será inelegível, bem como não poderá permanecer no exercício de cargo eletivo, o associado que:

- a. Não tiver definitivamente aprovadas suas contas em função do exercício de cargos de administração sindical;
- b. Houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
- c. Tiver má conduta comprovada.

Art. 88 Os membros efetivos dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato poderão ser reeleitos.

CAPÍTULO XIII - DA CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 89 As eleições serão convocadas por edital, afixado na sede do Sindicato e nas Subseções Sindicais, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e máxima de 90 (noventa) dias, contando da data de realização do pleito.

Art. 90 Para assegurar a mais ampla divulgação das eleições, o edital de convocação deverá ser publicado no jornal do Sindicato ou jornal de circulação em toda a base territorial do Sindicato, dentro dos prazos legais, e ser enviado a todos os associados em condições de votar.

Art. 91 No edital de convocação das eleições deverá constar obrigatoriamente:

- a. Data, horário e local de votação;
- b. Prazo de registro de chapas e horário de funcionamento da Secretaria;
- c. Data, horário e local da segunda e terceira votações, caso não seja atingido o quorum na primeira e segunda, bem como da nova eleição em caso de empate entre as chapas mais votadas.

CAPÍTULO XIV - COMISSÃO ELEITORAL

Art. 92 O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma Comissão Eleitoral composta de 3 (três) associados eleitos em Assembléia Geral e de um integrante de cada chapa registrada.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral terá dois membros suplentes, que poderão ser convocados a qualquer tempo a integrar a comissão por decisão de seu presidente, motivada por ausência ou impedimento dos membros efetivos.

Art. 93 A Assembléia Geral referida no artigo anterior será realizada no prazo até 15 (quinze) dias que anteceder a data de publicação do edital de Convocação da Eleição.

Art. 94 A indicação dos representantes de chapa para compor a Comissão Eleitoral acontecerá até o ato de encerramento do registro de chapas.

Art. 95 - As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos; ocorrendo empate na votação, caberá recurso à Assembléia Geral.

Art. 96 - O mandato da Comissão Eleitoral será extinto com a posse da nova Diretoria Administrativa.

Art. 97 As deliberações da Comissão Eleitoral tomadas antes da incorporação dos representantes de chapa só poderão ser reformuladas pela unanimidade de seus membros.

CAPÍTULO XV- REGISTRO DE CHAPAS

Art. 98 O registro de chapas para a diretoria administrativa do Sindicato será feito junto à Comissão Eleitoral até 30 (trinta) dias antes da realização das eleições.

Art. 99 O requerimento de registro de chapas, assinado por qualquer dos candidatos que a integram, será endereçado à Comissão Eleitoral e conterá anexos os seguintes documentos:

- a. ficha de qualificação do candidato, em duas vias, assinadas pelo próprio candidato;
- b. cópias da Carteira de Trabalho onde constem a qualificação civil e registro profissional.
- c. copias da carteira de registro profissional

Art. 100 Os candidatos ao Conselho Fiscal se inscreverão individualmente, através de solicitação por escrito à Comissão Eleitoral, anexando a ficha de qualificação do candidato, em duas vias e cópia da Carteira de Trabalho onde constem a qualificação civil e registro profissional.

Art. 101 Não poderá participar de chapas nem concorrer ao Conselho Fiscal e Conselho de Ética o associado que for proprietário ou sócio de empresa jornalística que possua pelo menos um empregado jornalista.

Parágrafo único - se a empresa não tiver empregados jornalistas mas vier a ter no decorrer da gestão, o dirigente sindical perderá seu mandato.

Art. 102 No ato de registro de chapa, a Comissão Eleitoral entregará recibo correspondente.

Art. 103 Havendo irregularidades na documentação apresentada, a Comissão Eleitoral notificará a chapa para que promova a regularização no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de recusa do registro do candidato que estiver irregular.

Art. 104 No prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do registro, o SINJOR-RO comunicará, por escrito, à empresa, o pedido de registro da candidatura do seu empregado.

Art. 105 No encerramento do prazo de registro de chapas a Comissão Eleitoral lavrará ata correspondente, constando em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e candidatos efetivos e suplentes. **Parágrafo único** - Neste mesmo ato, cada chapa registrada indicará seu representante para compor a Comissão Eleitoral.

Art. 106 No prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do encerramento do registro de chapas, será publicado um Edital com relação nominal dos candidatos, nos mesmos jornais já utilizados para publicação do edital de convocação, passando a correr prazo de 5 (cinco) dias para impugnação.

Art. 107 Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, a Comissão Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, fará nova convocação da eleição.

Art. 108 A pedido das chapas inscritas, a Comissão Eleitoral entregará, num prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do pedido relação completa dos associados e, 10 (dez) dias antes da eleição, a relação dos associados em condições de votar

CAPÍTULO XVI - DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 109 O prazo de impugnação será de 5 (cinco) dias a contar da data de publicação da relação nominal dos candidatos, referida no artigo 105 deste Estatuto.

Art. 110 Todo associado. no gozo dos seus direitos, poderá apresentar pedido de impugnação de candidatos, desde que baseado no presente Estatuto.

Art. 111 O candidato impugnado será comunicado, pela Comissão Eleitoral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e será dado prazo igual para apresentação de defesa.

Art. 112 A Comissão Eleitoral decidirá sobre o pedido de impugnação até 15 (quinze) dias antes da realização da eleição e dará conhecimento do fato à chapa inscrita que tiver candidato impugnado, afixando aviso semelhante no quadro de editais do Sindicato.

Art. 113 A chapa que tiver candidaturas impugnadas poderá concorrer à eleição desde que mantenha um número mínimo de quinze membros.

CAPÍTULO XVII - DO VOTO

Art. 114 O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- a. uso de cédula única contendo os nomes dos candidatos de todas as chapas inscritas, de acordo com a ordem de registro;
- b. verificação da cédula à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;
- c. isolamento de eleitor em cabine para o ato de votar;
- d. emprego de urna que assegure inviolabilidade do voto.
- e. Uso de urna eletrônica social.

Art. 115 A cédula única será confeccionada em papel branco de tal maneira que, dobrada, assegure o sigilo do voto.

CAPÍTULO XVIII - DAS MESAS COLETORAS

Art. 116 As mesas coletoras de votos funcionarão sob responsabilidade de um coordenador e mesários indicados paritariamente pelas chapas concorrentes, designados pela Comissão Eleitoral até 10 (dez) dias antes da eleição.

Art. 117 Serão instaladas mesas coletoras na sede social do Sindicato e nas subseções Sindicais

Parágrafo único - Poderão ser instaladas mesas coletoras itinerantes, a critério da Comissão Eleitoral, que percorrerão itinerários previamente estabelecidos, com listagens de votantes referentes aos locais de trabalho a serem percorridos.

Art. 118 O trabalho das mesas coletoras deverá ser acompanhado por um fiscal de cada chapa inscrita.

Art. 119 Os eleitores cujos votos forem impugnados por fiscais de chapas, ou os associados cujos nomes não constarem da lista de votação, poderão votar em separado, assinando lista própria.

Parágrafo único - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

- a. os membros da mesa coletora entregarão ao eleitor sobrecarta apropriada para que nela coloque a cédula, colando a sobrecarta;
- b. o coordenador da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida e o nome do eleitor, para posterior decisão da mesa apuradora dos votos.

Art. 120 A hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados a entregarem aos mesários os documentos de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

Art. 121 Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com a rubrica dos mesários e fiscais.

Parágrafo único - As urnas serão lacradas sempre que forem transportadas.

Art. 122 Encerrados os trabalhos, o coordenador da mesa coletora lavrará ata, também assinada pelos mesários e fiscais, registrando data e horário da votação, número de eleitores, votos em separado e, se houver, os protestos. A seguir, todo o material usado na votação será entregue ao presidente da mesa apuradora dos votos.

CAPÍTULO XIX - MESA APURADORA

Art. 123 As mesas apuradoras dos votos serão instaladas na sede social do Sindicato e nas Subseções Sindicais imediatamente após o encerramento da votação.

Parágrafo único - Os associados, em gozo dos seus direitos, presentes à Assembléia de escrutínio dos votos, elegerão o Presidente da Mesa Apuradora.

Art. 124 A Mesa Apuradora será composta por escrutinadores indicados em igual número pelas chapas concorrentes, ficando assegurado o acompanhamento dos trabalhos por fiscais designados pelas chapas.

Art. 125 O presidente da Mesa Apuradora verificará, pela listagem dos votantes, se o quorum previsto no Capítulo XXI do presente Estatuto foi atingido, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas para a contagem das cédulas de votação.

Parágrafo único - Após a verificação do quorum será procedida a leitura de cada uma das atas da mesa coletora e decidido, caso a caso, se será realizada ou não a apuração dos votos em separado.

Art. 126 Na contagem das cédulas de cada urna, o presidente verificará se o seu número coincide com a lista de votantes. Se o total de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinarem a lista respectiva, far-se-á a apuração.

§ 1º Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, será feita a apuração se descontando do total de votos atribuídos à chapa mais votada o número de votos em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

§ 2º Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a uma será anulada.

§ 3º A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar. De igual forma, a anulação de uma urna não importará na anulação da eleição, salvo se o número de votos for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votada.

§ 4º - As urnas instaladas nas subseções serão abertas e os votos apurados imediatamente após o encerramento das eleições. Os resultados serão registrados em um mapa, que deverá ser assinado pelo presidente da subseção eleitoral e pelos fiscais indicados por cada uma das chapas concorrentes. Os resultados, acompanhados da respectiva Ata de Encerramento, serão imediatamente enviados via fax para a presidência da Comissão Eleitoral e, em seguida, os originais serão envelopados, lacrados e encaminhados via ECT para o Sindicato.

Art. 127 Encerrada a apuração, o presidente da mesa proclamará eleita a chapa que obtiver, em primeira votação, a maioria simples dos votos apurados e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.

Art. 138 Em caso de empate entre as duas chapas mais votadas, serão realizadas novas eleições, no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a votação às chapas em questão.

Art. 129 A fim de assegurar eventual recontagem dos votos às cédulas apuradas permanecerão sob guarda do presidente da Mesa Apuradora até a proclamação final do resultado da eleição.

Art. 130 O Sindicato deverá comunicar por escrito à empresa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a eleição, bem como a data da posse do empregado.

CAPÍTULO XX - QUORUM

Art. 131 A eleição do Sindicato só será válida se participar em votação mais de 50% (cinquenta por cento) dos associados aptos a votar. Não sendo obtido este quorum, o presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem as abrir, notificando a Comissão Eleitoral, para que esta promova nova eleição nos termos de edital de convocação.

Art. 132 A nova eleição será válida se dela participarem mais de 40% (quarenta por cento) dos eleitores. Não sendo, ainda desta vez, atingido o quorum, o presidente da mesa apuradora notificará a Comissão Eleitoral para que seja procedida a terceira e última eleição.

Art. 133 A terceira votação necessitará, para ser válida, da presença de 25% (vinte e cinco por cento) dos eleitores, observadas as mesmas formalidades anteriores.

Art. 134 No caso de votação em segunda e terceira convocações só poderão participar as chapas inscritas dentro do prazo previsto no edital, assim como só poderão votar os associados aptos desde o primeiro escrutínio.

Art. 135 Não sendo alcançado o quorum na terceira votação a Comissão Eleitoral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, convocará Assembléia Geral, que declarará a vacância da administração a partir do término do mandato vigente, elegendo uma Junta Governativa para o Sindicato, realizando-se nova eleição dentro de 3 (três) meses.

CAPÍTULO XXI - RECURSOS

Art. 136 O prazo de apresentação de recursos será de 15 (quinze) dias contados da data final de realização do pleito.

Art. 137 Os recursos poderão ser propostos por qualquer associado em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 138 A Comissão Eleitoral dará prazo de 8 (oito) dias para receber defesa a respeito dos recursos propostos e decidirá sobre a sua validade ou não, antes do término do mandato vigente.

CAPÍTULO XXII - DAS SUBSEÇÕES SINDICAIS

Art. 139 O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Rondônia instalará Subseções Sindicais no Interior do Estado.

§ 1º As Subseções Sindicais serão instaladas em Regiões nas quais estiverem instaladas as vice-presidências regionais.

§ 2º A criação de Subseções deverá ser aprovada em Assembléia Geral dos associados da respectiva Região, convocada pela Diretoria do Sindicato e requerida pelos associados. Caso a Diretoria não convoque a mencionada assembléia no prazo de 30 (trinta) dias, esta poderá ser convocada por iniciativa dos associados, por meio de abaixo-assinado com, no mínimo, dois terços mais um dos sindicalizados em dia da área de abrangência da subseção que se pretende criar.

§ 3º A assembléia de criação da subseção indicará uma comissão eleitoral com três membros, que deverá proceder a eleição da diretoria da subseção no prazo de 60 dias, conforme as regras estabelecidas neste estatuto.

§ 4º A primeira diretoria da subseção terá um mandato provisório que durará até o fim do mandato da Diretoria Administrativa do Sindicato.

§ 5º As demais eleições das diretorias da subseção serão realizadas, simultaneamente, com a eleição da diretoria administrativa, em processo independente.

§ 6º As inscrições de chapas para a eleição da diretoria das subseções serão feitas junto à secretaria do SINJOR-RO.

Art. 140 Para desempenhar as tarefas previstas no presente Estatuto, as subseções sindicais serão dirigidas pelo seu vice-presidente regional. As subseções também poderão ter diretorias regionais de Defesa Corporativa, Ação para a Cidadania, Formação, Saúde e Previdência, Imagem, Cultura e Fiscalização do Exercício Profissional, que se vincularão às pastas da Diretoria Administrativa, tendo as mesmas funções em âmbito regional.

Art. 141 É de competência e atribuição das Subseções Sindicais:

- a. organizar os trabalhadores da categoria na sua base de abrangência;
- b. auxiliar a Diretoria do Sindicato nas tarefas de mobilização da categoria para eventos promovidos e desenvolvidos pelo Sindicato;
- c. auxiliar nos processos de luta reivindicatória e na divulgação das deliberações de assembléias e outras instâncias definidas por este Estatuto.

Art. 142 Os membros das Subseções Sindicais realizarão reuniões abertas a toda categoria para discutir os problemas dos jornalistas em sua base de atuação e informar ou consultá-los sobre decisões a serem tomadas pela Diretoria do Sindicato. Deverão acontecer pelo menos duas reuniões por ano.

Parágrafo único - As Assembléias Gerais das Subseções Sindicais serão realizadas conjuntamente com os demais associados do Estado, quando convocados pela Diretoria Administrativa, ou quando houver convocação específica para determinadas cidades ou regiões.

Art. 143 As subseções sindicais receberão um percentual da arrecadação de mensalidades e contribuições dos associados de sua respectiva base, estabelecido na Assembléia Geral de apreciação do orçamento anual do Sindicato, prevista no artigo 66 deste Estatuto.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 144 Os cargos criados pelo presente Estatuto serão preenchidos pelo remanejamento dos membros da Diretoria Administrativa e respectivos suplentes, comunicada a Assembléia Geral.

Art. 145 Os membros da Diretoria Administrativa e seus suplentes decidirão, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da aprovação do presente Estatuto, o remanejamento de cargos para preencher as funções previstas.

Art. 146 Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação e só poderá ser reformado por Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, observando-se o estabelecido no artigo 69 deste.

Art. 147 Os casos omissos serão discutidos pela Diretoria e, se relevantes ou reclamados por mais de 20% (vinte por cento) dos associados, submetidos à Assembléia Geral convocada para este fim.

Porto Velho, 20 de outubro de 2007